

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

Conselho Nacional de Justiça - CNJ	
Legislação	Ementa
<u>Resolução nº 350, de 27 de outubro de 2020.</u>	Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências.
<u>Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020</u> 0007913- 62.2020.2.00.0000	Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências. (vide Ato Normativo nº 28/2020 que dispõe sobre a adesão do TJERJ ao Juízo 100% Digital)
<u>Resolução nº 341, de 7 de outubro de 2020</u>	Determina aos tribunais brasileiros a disponibilização de salas para depoimentos em audiências por sistema de videoconferência, a fim de evitar o contágio pela Covid-19.
<u>Recomendação nº 78, de 15 de setembro de 2020</u>	Acrescenta o art. 5-A à Recomendação CNJ nº 62/2020 , que trata das medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo Coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, e altera o art. 15, para prorrogar sua vigência.
<u>Resolução nº 330, de 26 de agosto de 2020</u>	Regulamenta e estabelece critérios para a realização de audiências e outros atos processuais por videoconferência, em processos de apuração de atos infracionais e de execução de medidas socioeducativas, durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Federal nº 06/2020, em razão da pandemia mundial por Covid-19. Processo: 0006101-82.2020.2.00.0000
<u>Recomendação nº 71, de 5 de agosto de 2020</u>	Dispõe sobre a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc Empresarial e fomenta o uso de métodos adequados de tratamento de conflitos de natureza empresarial.
<u>Recomendação 70, 4 de agosto de 2020</u>	Recomenda aos tribunais brasileiros a regulamentação da forma de atendimento virtual aos advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Público e da Polícia Judiciária

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	e das partes no exercício do seu Jus Postulandi (art. 103 do NCPC), no período da pandemia da Covid-19.
<u>Resolução 329, de 30 de julho de 2020</u>	Regulamenta e estabelece critérios para a realização de audiências e outros atos processuais por videoconferência, em processos penais e de execução penal, durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Federal nº 06/2020, em razão da pandemia mundial por Covid-19.
<u>Recomendação CNJ nº 69, de 3 de julho de 2020</u>	Recomenda às presidências dos tribunais adoção de providências para que promovam o pagamento de precatórios com intuito de mitigar o impacto decorrente das medidas de combate à contaminação pelo novo Coronavírus.
<u>Recomendação nº 46, de 22 de junho de 2020</u>	Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.
<u>Recomendação CNJ nº 68, de 17 de junho de 2020.</u>	Acrescenta o art. 8o-A à Recomendação CNJ nº 62/2020 , que trata das medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo Coronavírus – Covid-19, no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, e altera o art. 15, para prorrogar a vigência por noventa dias.
<u>Recomendação nº 67, de 17 de junho de 2020</u>	Dispõe sobre a adoção de medidas de urgência, durante a pandemia, para a proteção da integridade física, psíquica e da vida de vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.
<u>Provimento nº 105, de 12 de junho de 2020</u>	Dispõe sobre a prorrogação para o dia 31 de dezembro de 2020 do prazo de vigência do Provimento nº 91, 22 de março de 2020, do Provimento nº 93, de 26 de março de 2020, do Provimento nº 94, de 28 de março de 2020, do Provimento nº 95, de 1º de abril de 2020, do Provimento nº 97, de 27 de abril de 2020 e do Provimento nº 98, de 27 de abril de 2020 e que poderá ser ampliado ou reduzido por ato do Corregedor Nacional de Justiça, caso necessário.
<u>Portaria Conjunta CNJ/CNMP nº 4, de 9 de junho de 2020</u>	Inclui, formalmente, para monitoramento pelo Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão temas relacionados aos 17

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030, para dar visibilidade às vítimas atingidas.
<u>Portaria CNJ nº 88, de 08 de junho de 2020</u>	Institui o regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2020.
<u>Resolução CNJ nº 322, de 1º de junho de 2020</u>	Estabelece no âmbito do Poder Judiciário, medidas para retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências. (Republicada no DJe nº 166/2020, de 02.06.2020, em decorrência de erro material no art. 5º, VII)
<u>Provimento CNJ nº 101, de 27 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre a prorrogação para o dia 14 de junho de 2020 do prazo de vigência do Provimento nº 91, 22 de março de 2020, do Provimento nº 93, de 26 de março de 2020, do Provimento nº 94, de 28 de março de 2020, do Provimento nº 95, de 1º de abril de 2020, do Provimento nº 97, de 27 de abril de 2020 e do Provimento nº 98, de 27 de abril de 2020 e que poderá ser ampliado ou reduzido por ato do Corregedor Nacional de Justiça, caso necessário.
<u>Provimento CNJ nº 100, de 26 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre a prática de atos notariais eletrônicos utilizando o sistema e-Notariado, cria a Matrícula Notarial Eletrônica-MNE e dá outras providências.
<u>Portaria CNJ nº 79, de 22 de maio de 2020</u>	Prorroga o prazo de vigência das Resoluções CNJ nº 313/2020, nº 314/2020 e nº 318/2020.
<u>Portaria nº 32, de 20 de maio de 2020</u>	Inspeção TJPR Aditiva - Inspeção videochamada.
<u>Recomendação CNJ nº 66, de 13 de maio 2020</u>	Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento das ações que versem sobre o direito à saúde a adoção de medidas para garantir os melhores resultados à sociedade durante o período excepcional de pandemia da Covid-19.
<u>Provimento nº 99, de 15 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre a prorrogação para o dia 31 de maio de 2020 do prazo de vigência do Provimento nº 91, 22 de março de 2020, do Provimento nº 93, de 26 de março de 2020, do Provimento nº 94, de 28 de março de 2020, do Provimento nº 95, de 1º de abril de 2020, do Provimento nº 97, de 27 de abril de 2020 e do Provimento nº 98, de 27 de abril de 2020 e que poderá ser ampliado ou reduzido por ato do Corregedor Nacional de Justiça, caso necessário.

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

<u>Resolução CNJ nº 319, de 15 de maio de 2020</u>	Confere nova redação ao artigo 10 da Resolução CNJ no 306/2019, que estabelece diretrizes e parâmetros para a emissão de documentação civil e para a identificação civil biométrica das pessoas privadas de liberdade.
<u>Nota Técnica nº 24, de 12 de maio de 2020</u>	Dirige-se ao Poder Executivo Federal, aos Poderes Executivos Estaduais e Municipais e ao Procurador-Geral da República para manifestar-se pela adoção de medidas de gestão voltadas à prevenção da Judicialização da Saúde durante a pandemia da Covid-19.
<u>Portaria 29, de 05 de maio de 2020</u>	Inspeção TJPB ADITIVA - inspeção videochamada.
<u>Portaria nº 30, de 04 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre o trabalho remoto, em caráter emergencial e provisório, no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça, em razão da observância das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria Conjunta CNJ/CNMP nº 3, de 8 de maio de 2020</u>	Incluir o tema Proteção aos Povos Indígenas e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15, da Agenda 2030, para monitoramento pelo Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão.
<u>Resolução do CNJ nº 318, de 7 de maio de 2020</u>	Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pelas Resoluções nº 313, de 19 de março de 2020, e nº 314, de 20 de abril de 2020, e dá outras providências.
<u>Portaria nº 74, de 6 de maio de 2020</u>	Institui grupo de trabalho para avaliar o impacto do novo Coronavírus – Covid19, no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário em 2020.
<u>Resolução CNJ nº 317, de 30 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre a realização de perícias em meios eletrônicos ou virtuais em ações em que se discutem benefícios previdenciários por incapacidade ou assistenciais, enquanto durarem os efeitos da crise ocasionada pela pandemia do novo Coronavírus, e dá outras providências.
<u>Portaria Conjunta nº 2, de 28 de abril de 2020 Conselho Nacional de Justiça (CNJ)</u>	Estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento de corpos durante a situação de pandemia do Coronavírus, com a utilização da Declaração de Óbito emitida pelas unidades notificadores de óbito, na hipótese de ausência de

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - Pjerj

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	familiares, de pessoa não identificada, de ausência de pessoas conhecidas do obituado e em razão de exigência de saúde pública, e dá outras providências.
<u>Nota Técnica Conjunta nº 1 CNJ/CNMP, de 28 de abril de 2020</u>	Nota Técnica referente à destinação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional em face da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o novo Coronavírus – Covid-19.
<u>Orientação Técnica</u>	Orientações sobre Alternativas Penais no âmbito das medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19)
<u>Provimento nº 96, de 27 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre a prorrogação para o dia 15 de maio de 2020 do prazo de vigência da Recomendação nº 45, de 17 de março de 2020, do Provimento nº 91, 22 de março de 2020, do Provimento nº 93, de 26 de março de 2020, do Provimento nº 94, de 28 de março de 2020 e do Provimento nº 95, de 1º de abril de 2020 e que poderá ser ampliado ou reduzido por ato do Corregedor Nacional de Justiça, caso necessário.
<u>Provimento CNJ nº 98, de 27 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre o pagamento dos emolumentos, acréscimos legais, dívidas e demais despesas através dos meios eletrônicos, dentre os quais boleto bancário, cartão de débito e crédito, inclusive mediante parcelamento, a critério do usuário, como medida preventiva de saúde pública nas serventias extrajudiciais, visando à redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 e dá outras providências.
<u>Provimento CNJ nº 97, de 27 de abril de 2020</u>	Regula os procedimentos de intimação nos tabelionatos de protesto de títulos visando à redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 como medida preventiva de saúde pública nas referidas serventias extrajudiciais.
<u>Portaria nº 70, de 22 de abril de 2020</u>	Institui Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos para a indicação de soluções ao Conselho Nacional de Justiça voltadas à prioridade de atendimento das vítimas de violência doméstica e familiar ocorrida durante o isolamento social em decorrência da pandemia do novo coronavírus – Covid-19.

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

<u>Resolução CNJ nº 314, de 20 de abril de 2020</u>	Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pela Resolução nº 313, de 19 de março de 2020, modifica as regras de suspensão de prazos processuais e dá outras providências.
<u>Portaria nº 27, de 17 de abril de 2020</u>	Inspeção TRF3 – Inspeção Videoconferência
<u>Portaria Diretoria-Geral nº 77, de 13 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre o prazo de vigência das medidas previstas nas Portarias nº 53, de 12 de março de 2020, e nº 63, de 17 de março de 2020.
<u>Orientação técnica</u>	Orientação técnica para Inspeção pelo Poder Judiciário dos espaços de privação de liberdade no contexto da pandemia.
<u>Orientação Técnica</u>	Orientações técnicas sobre a monitoração eletrônica de pessoas no âmbito da adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (covid-19)
<u>Provimento nº 95, de 01 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre o funcionamento dos serviços notariais e de registro durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), enquanto serviço público essencial que possui regramento próprio no art. 236 da Constituição Federal e na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.
<u>Recomendação CNJ nº 63, de 31 de março de 2020</u>	Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação empresarial e falência a adoção de medidas para a mitigação do impacto decorrente das medidas de combate à contaminação pelo novo coronavírus causador da Covid-19.
<u>Portaria CNJ nº 61, de 31 de março de 2020</u>	Institui a plataforma emergencial de videoconferência para realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos do Poder Judiciário, no período de isolamento social, decorrente da pandemia Covid-19.
<u>Portaria Conjunta nº 1, de 30 de março de 2020</u>	Estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento e cremação de corpos durante a situação de pandemia do Coronavírus, com a utilização da Declaração de Óbito emitida pelas unidades de saúde, apenas nas hipóteses de ausência de familiares ou de pessoas conhecidas do obituado ou em razão de exigência de saúde pública, e dá outras providências.

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - Pjerj

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

<u>Provimento nº 94, de 28 de março de 2020</u>	Dispõe sobre o funcionamento das unidades de registro de imóveis nas localidades onde foram decretados regime de quarentena pelo sistema de plantão presencial e à distância e regula procedimentos especiais.
<u>Provimento nº 93, de 26 de março de 2020</u>	Dispõe sobre o envio eletrônico dos documentos necessários para a lavratura de registros de nascimentos e de óbito no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), estabelecida pela Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020.
<u>Provimento nº 92, de 25 de março de 2020</u>	Dispõe sobre o envio eletrônico dos documentos necessários para a lavratura de registros de nascimentos e de óbito no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), estabelecida pela Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020.
<u>Portaria nº 26, de 23 de março de 2020</u>	Inspeção TJSC ADITIVA - Inspeção Videochamada.
<u>Provimento nº 91, 22 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a suspensão ou redução do atendimento presencial ao público, bem como a suspensão do funcionamento das serventias extrajudiciais a cargo dos notários, registradores e responsáveis interinos pelo expediente, como medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19, e regula a suspensão de prazos para a lavratura de atos notariais e de registro.
<u>Portaria nº 57, de 20 de março de 2020</u>	Incluir no Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão o caso Coronavírus – Covid-19.
<u>Resolução nº 313, de 19 de março de 2020. Conselho Nacional de Justiça (CNJ)</u>	Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciais, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, e garantir o acesso à justiça neste período emergencial.
<u>Resolução CNJ nº 312, de 19 de março de 2020</u>	Altera o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça para acrescentar o art. 118-B, que amplia as hipóteses de julgamento por meio eletrônico.
<u>Portaria Diretoria-Geral nº 63, de 17 de março de 2020</u>	Dispõe sobre medidas complementares e estabelece orientações gerais para se evitar a propagação interna do vírus COVID-19.

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

<u>Recomendação CNJ nº 62, de 17 de março de 2020</u>	Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. (ver Recomendação CNJ nº 68/2020)
<u>Recomendação nº 45, de 17 de março de 2020</u>	Dispõe sobre medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19, no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais e de registro.
<u>Portaria nº 53, de 16 de março de 2020</u>	Institui Comitê para o acompanhamento e supervisão das medidas de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus – Covid-19 tomadas pelos tribunais brasileiros.
<u>Portaria nº 24, de 16 de março de 2020</u>	Inspeção TJRO Aditiva 3 - Inspeção Videoconferência
<u>Portaria nº 23, de 16 de março de 2020</u>	Inspeção TRF2 - Aditiva - Videoconferência
<u>Portaria nº 21, de 16 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a suspensão temporária de atendimento presencial de partes e advogados em razão da observância das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19).
<u>Orientação nº 9, de 13 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a necessidade de as corregedorias gerais dos ramos do Poder Judiciário nacional observarem medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras orientações.
<u>Portaria Diretoria-Geral nº 53, de 12 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a realização de trabalho remoto no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, de forma excepcional e transitória, em razão da declaração de emergência em saúde pública ocasionada pelo Novo Coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 52, de 12 de março de 2020</u>	Estabelece, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus – COVID-19, considerada a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Legislação

Ementa

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

Aviso Conjunto nº 28, de 7 de dezembro de 2020	Avisa aos magistrados e serventuários acerca da data do término do prazo da disponibilização gratuita da plataforma <i>CISCO WEBEX</i> , qual seja, 03.01.2020, a partir de quando deverá ser adotada a ferramenta <i>MICROSOFT TEAMS</i> para a realização de audiências e sessões de julgamento virtuais.
<u>Ato Normativo Conjunto nº 39, de 22 de outubro de 2020</u> DJERJ, ADM, n. 64, de 04/12/2020, p. 4.	Regulamenta o Plantão Judiciário de 1ª Instância durante o período de recesso, compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2020 e 06 de janeiro de 2021, e dá outras providências. *Republicado com retificação na publicação no D.J.e. de 27.10.2020, pág. 02 07 (art. 6º, caput).
<u>Ato Executivo nº 150, de 24 de novembro de 2020</u>	Resolve determinar que somente será permitida a permanência de pessoas no interior dos prédios do Poder Judiciário desde que mantenham o uso da máscara de proteção individual, mantenham o distanciamento obrigatório de 1,5m, não permaneçam aglomeradas, não incentivem ou incitem aglomerações ou não permaneçam paradas, salvante para fila de entrada em serventia, mantendo o afastamento indicado no piso.
<u>Aviso TJ nº 98, de 24 de novembro de 2020</u>	Avisa quanto à obrigatoriedade de cumprimento das regras estabelecidas pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ n. 25/2020, principalmente quanto à obrigatoriedade de uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).
<u>Aviso TJ nº 97, de 24 de novembro de 2020</u>	Avisa aos Magistrados, aos Encarregados pelo Expediente, aos Encarregados pelas Centrais de Cumprimento de Mandados, aos Chefes de Serventia, aos Secretários de Câmara, aos Diretores-Gerais e aos Representantes da Direção (RD) que o mapeamento de competências dos servidores respondido por sua unidade em 2019 terá validade ampliada até o ano de 2021.
<u>Aviso nº 93, de 13 de novembro de 2020</u>	Retifica o Aviso TJ nº 92/2020, para que passe a constar: "AVISA aos senhores Magistrados, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Advogados e Servidores que, ao serem designados atos processuais presenciais, exceto audiências de custódia, seja possibilitada a participação das partes, advogados, Defensores Públicos ou Promotores de

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJeRJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	Justiça, de forma virtual, mediante requerimento prévio, devidamente justificada a necessidade, formulado até 5 (cinco) dias antes do ato, através de aplicativos de web meeting tais como teams, webex ou outros."
<u>Ato Normativo nº 31/2020</u>	Altera o art. 2º, caput, do <u>Ato Normativo TJ nº 7</u> , de 03 de junho de 2019.
<u>Ato Normativo nº 30/2020</u>	Altera e dá nova redação ao artigo 2º do <u>Ano Normativo n.º 21 de 2020</u> , reavaliando a limitação quantitativa de requisição diária para a apresentação de réus presos para a realização de audiências presenciais, além de salientar o prazo mínimo de antecedência entre a requisição do custodiado e a realização da audiência, estabelecido no artigo 5º da RES TJ/OE nº 45 de 2013.
<u>Ordem de Serviço CGJ nº 01/2020</u>	Resolve que os processos referentes à movimentação de serventuários deverão ser instruídos, com informação sobre as lotações paradigma e atual das unidades judiciais envolvidas, mesmo nas hipóteses em que houver a concordância dos Juízos.
<u>Ato Normativo TJ nº 29, de 03 de novembro de 2020.</u>	Suspende a eficácia do § 3º do art. 3º do Ato Normativo nº 26, de 13 de novembro de 2009, até 31 de dezembro de 2020, e dá outras providências.
<u>*Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 39, de 22 de outubro de 2020</u>	Regulamenta o Plantão Judiciário de 1ª Instância durante o período de recesso, compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2020 e 06 de janeiro de 2021, e dá outras providências. *Republicado com retificação na publicação no D.J.e. de 27.10.2020, pág. 02-07 (art. 6º, caput).
<u>*Ato Executivo nº 139, de 22 de outubro de 2020</u>	Regulamenta o plantão judiciário do 2º grau de jurisdição durante o período de recesso forense, compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2020 e 06 de janeiro de 2021, a suspensão dos prazos processuais, nos dias compreendidos entre 20 de dezembro de 2020 e 20 de janeiro de 2021 e dá outras providências. *Republicado por incorreção material no art. 8º e no Anexo-Escala de Plantão no D.J.e. de 27.10.2020, pág. 07-09.

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

<u>Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 23, de 29 de setembro de 2020</u>	AVISAM aos Senhores Juízes de Direito com competência na matéria de Infância e Juventude, que as Audiências Concentradas do 3º Trimestre 2020 deverão ser iniciadas em 01 de outubro e finalizadas até o dia 31 de outubro de 2020 em todas as Comarcas.
<u>Aviso CGJ nº 670, de 28 de setembro de 2020</u>	Avisa aos Juízes de Direito com atuação em matéria de Infância, Juventude e Idoso que deverão solicitar aos dirigentes das instituições de longa permanência de idosos, em sua área de competência, o preenchimento do questionário em anexo relativo à pandemia do COVID-19, bem como adotar as providências cabíveis junto ao poder executivo municipal, estadual e federal, encaminhando eventuais ofícios à Corregedoria Geral da Justiça, através do Portal do TJ/RJ, vinculados ao processo SEI nº 2020-0666160.
<u>Ato Normativo nº 25, de 11 de setembro de 2020</u>	Estabelece critérios para a realização de sessões de julgamento virtual por meio eletrônico e sessões de julgamento por videoconferência, durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Federal nº 06/2020, em razão da pandemia mundial por Covid-19.
<u>Aviso CGJ 597, de 02 de setembro de 2020</u>	Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso e na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher e respectivas equipes técnicas que as reuniões de grupos setoriais deverão ser telepresenciais, cumprindo ao magistrado decidir fundamentadamente a realização excepcional de atos presenciais, observando sempre as medidas de precaução previstas no Ato Normativo Conjunto nº 25/2020.
<u>Ato Normativo nº 23, de 25 de agosto de 2020</u>	Dispõe sobre a suspensão temporária das audiências de custódia na CEAC de Volta Redonda no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
<u>*Ato Executivo nº 110, de 24 de agosto de 2020</u>	Resolve revogar o Ato Executivo n. 101/2020, publicado no DJERJ de 28 de julho de 2020. *Republicado por ter saído com erro material no D.J.e. de 25.08.2020.
<u>Ato Normativo nº 21, de 18 de agosto de 2020</u>	Dispõe sobre o retorno escalonado das audiências criminais de réus presos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJeRJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

<u>Provimento CGJ nº 63, de 13 de agosto de 2020</u>	Revoga o Provimento CGJ nº 40/2020, que disciplinou a requisição de presos à SEAP, para participação de audiência em meio virtual (CISCO WEBEX), pela Vara de Execuções Penais e pelas serventias com atribuição em matéria criminal, violência doméstica e familiar contra a mulher e de família.
<u>Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 17/2020</u>	Avisa sobre a retomada da digitalização e virtualização dos processos físicos das serventias abrangidas pelo Aviso Conjunto 17/2019 e dá outras providências.
<u>Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 16/2020</u>	Avisa aos Senhores Magistrados, chefes de serventia e demais servidores que atuam na distribuição e autuação de processos judiciais sobre a complementação, neste período de pandemia, da classificação dos processos com o assunto COVID -19.
<u>Ato Executivo nº 104, de 05 de agosto de 2020</u>	Dispõe sobre o funcionamento dos prédios dos fóruns no Estado do Rio de Janeiro e define regras de realização de atos presenciais.
<u>Ato Normativo TJ nº 20, de 31 de julho de 2020</u>	Dispõe sobre o retorno escalonado das audiências de custódia no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Aviso TJ nº 70, de 31 de julho de 2020</u>	Avisa aos Senhores Magistrados, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, Servidores e ao público em geral, acerca da designação de audiências em processos criminais com réus soltos.
<u>Aviso TJ nº 68, de 31 de julho de 2020</u>	Avisa aos representantes das pessoas jurídicas acerca da necessidade de habilitação no sistema PJe a fim de possibilitar a citação e a intimação eletrônica neste sistema.
<u>Ato Regimental nº 06, de 29 de julho de 2020</u>	Regulamenta as Solenidades Virtuais da EMERJ em 2020 em razão da pandemia do novo Coronavírus, com o objetivo de evitar aglomerações, nos termos do artigo 33 do Ato Conjunto Normativo nº 25/20 da Presidência e CGJ do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Aviso TJ nº 67, de 28 de julho de 2020</u>	Avisa aos Senhores Magistrados, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, Servidores e ao público em geral, acerca da retomada do atendimento presencial com os ônibus da Justiça Itinerante e dá outras providências.

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

<u>Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 15, de 28 de julho de 2020</u>	Divulga informações sobre o funcionamento do Núcleo de Auxílio Técnico (NAT) no Plantão Judiciário da Capital.
<u>Ato Executivo TJ nº 102, de 28 de julho de 2020</u>	Proíbe o ingresso de réus presos nos Prédios do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Ato Executivo TJ nº 101, de 27 de julho de 2020</u>	Dispõe sobre a regressão de fase de retorno escalonado dos serviços judiciários em função da decretação de bandeira vermelha no município que indica.
<u>Ato Executivo TJ nº 100, de 27 de julho de 2020*</u>	Dispõe sobre a regressão de fase de retorno escalonado dos serviços judiciários em função da decretação de bandeira vermelha no município que indica. *Revogado pelo Ato Executivo TJ nº 103, de 30/07/2020*
<u>Provimento CGJ nº 57, de 27 de julho de 2020</u>	Prorroga, no âmbito das Serventias Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, as providências determinadas no Provimento CGJ nº 42/2020, em decorrência do Provimento nº 105/2020, do Conselho Nacional de Justiça.
<u>Provimento nº 56, de 24 de julho de 2020</u>	Regulamenta a atuação dos Oficiais de Justiça Avaliadores durante a terceira e a quarta etapas do Plano de Retorno Programado às Atividades Presenciais do Poder Judiciário.
<u>Aviso CGJ nº 565, de 22 de julho de 2020</u>	Avisa aos Analistas Judiciários com especialidade Assistente Social, Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso e Psicólogo, não integrantes do grupo de risco para COVID-19 e já capacitados para a realização de Depoimento Especial, que deverão atuar como Entrevistadores quando contatados pelo Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial - SEADE, independentemente de sua lotação atual, até a declaração do fim da pandemia.
<u>Aviso TJ nº 64, de 13 de julho de 2020*</u>	Avisa sobre a retomada do uso das salas de videoconferência localizadas no Complexo Prisional de Gericinó e dá outras providências. *Republicado por ter saído com incorreção material em seu art. 1º (endereço eletrônico DGJUR) no Diário da Justiça Eletrônico do dia 14.07.2020.
<u>Aviso TJ nº 63, 09 de julho de 2020</u>	Avisa aos Senhores (as) Magistrados (as), Chefes de Serventias, Ministério Público, Defensoria Pública,

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - Pjerj

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	Advogados, Serventuários da Justiça e demais usuários sobre o término do Plantão Extraordinário
<u>Provimento CGJ Nº 51, de 07 de julho de 2020</u>	Acrescenta o parágrafo único ao artigo 4º; o § 5º ao artigo 13 e altera os § 3º e § 4º do artigo 13 da Seção I do Capítulo I do Título I do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Extrajudicial); altera o título da seção I; o artigo 73; o caput dos artigos 66, 69, 70, 76, 77 e 79; os §§ 1º, 2º e 3º do artigo 77 e acrescenta os §§1º, 2º e 3º ao artigo 69; o parágrafo único ao artigo 76; o artigo 76-A; o §4º ao artigo 77; o artigo 77-A; e os incisos I ao X ao artigo 79 da Seção I do Capítulo III do Livro II da mesma norma.
<u>Provimento nº 50, de 02 de julho de 2020</u>	Regulamenta o procedimento de cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça Avaliadores no período de 30 de junho de 2020 a 26 de julho de 2020.
<u>Provimento CGJ nº 49, de 2 de julho de 2020</u>	Altera a temática da Subseção VIII, da Seção I, do Capítulo I, do Título I, do Livro I da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, incluindo o artigo 206-A, para disciplinar a expedição de mandado de pagamento de honorários sucumbenciais e inclui o artigo 440 para disciplinar a expedição dos mandados de pagamento da remuneração dos leiloeiros, administradores judiciais e peritos.
<u>Aviso CGJ nº 434, de 30 de junho de 2020</u>	Avisa sobre as providências a serem adotadas pelas Serventias Judiciais da 1ª Instância durante o Plano de Retorno Programado às Atividades Presenciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Aviso CGJ nº 433, de 30 de junho de 2020</u>	Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais que estão disponíveis, no sítio eletrônico desta Corregedoria Geral da Justiça, novos layouts para a transmissão dos atos extrajudiciais eletrônicos, acrescidos de campos de preenchimento obrigatório.
<u>Aviso CGJ nº 430, de 26 de junho de 2020</u>	Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente, Interventores de Serviços Extrajudiciais e responsáveis pelas entidades coordenadoras das

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJe RJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	Centrais Registrais e Notariais do Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor do Provimento nº 107, de 24 de junho de 2020, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a proibição de cobrança de quaisquer valores dos consumidores finais dos serviços prestados pelas centrais cartorárias em todo o território nacional.
<u>Aviso TJ nº 58, de 23 de junho de 2020</u>	Avisa aos Magistrados, Serventuários, Membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, Partes e Usuários em geral acerca dos prazos processuais em curso, ante a edição do Ato Normativo Conjunto nº 25/2020.
<u>Ato Normativo TJ nº 17, de 23 de junho de 2020</u>	Dispõe sobre a implantação de projeto de Regime Especial de Tratamento de Conflitos relativos à renegociação prévia, à recuperação empresarial, judicial e extrajudicial, e à falência das empresas atingidas pelo impacto da pandemia COVID-19.
<u>Aviso TJ nº 57, de 22 de junho de 2020</u>	Avisa aos Senhores (as) Magistrados (as), Chefes de Serventias, Serventuários da Justiça, Advogados (as), partes e usuários em geral que, em caráter excepcional e temporário, o cadastramento no Portal de Serviços dispensará a forma presencial, e dá outras providências.
<u>Aviso CGJ nº 425, de 18 de junho de 2020</u>	Recomenda às serventias judiciais de primeira instância, que nos mandados de citação e intimação constem os contatos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. (Telefone n. 129 e nos números de Whatsapp disponíveis no sítio eletrônico: https://coronavirus.rj.def.br)
<u>Ato Normativo Conjunto TJ/ CGJ nº 27, de 18 de junho de 2020</u>	Implanta o sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje, nos Juizados Especiais Cíveis das Comarcas mencionadas no art. 1º e dá outras providências.
<u>Provimento CGJ nº 47, de 15 de junho de 2020</u>	Altera e prorroga as providências determinada no Provimento CGJ nº 42/2020, em decorrência do Provimento CNJ nº 105/2020 e Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 25/2020.
<u>Ato Normativo Conjunto nº 25/2020</u>	Dispõe sobre o Plano de Retorno Programado às Atividades Presenciais do Poder Judiciário do Estado

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJe RJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	do Rio de Janeiro e seu respectivo funcionamento em função das medidas de isolamento social que sejam decretadas em razão da pandemia de COVID-19, e dá outras providências.
<u>Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 12, de 09 de junho de 2020</u>	Divulga orientações do Bacen sobre condições temporárias de utilização de sistemas durante o período de pandemia de COVID19.
<u>Aviso CGJ nº 474, de 08 de junho de 2020*</u>	Avisa aos Chefes de Serventias Mistas responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores Oficializados deste Estado que deverão promover o agendamento presencial e individualizado para entrega das certidões de distribuição de atos extrajudiciais, requeridas pelo e-mail funcional da serventia e emitidas no SEI-DE. *REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO D.J.E.R.J DE 10/06/2020, fls. 19/20.
<u>Aviso TJ nº 53/2020</u>	Avisa aos representantes das pessoas jurídicas acerca da prorrogação do prazo, fixado no Aviso nº 43/2020, para o cadastramento no SISTCADPJ (Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas).
<u>Provimento CGJ nº 43, de 1 de junho de 2020</u>	Prorroga o prazo de vigência do Provimento CGJ nº 38/2020.
<u>Provimento CGJ nº 42, de 31 de maio de 2020</u>	Regulamenta o funcionamento dos Tabelionados de Notas e de Protesto de Títulos e Documentos de Dívidas, e dos Ofícios de Registros do estado do Rio de Janeiro, durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (Sars-CoV2), alterando e consolidando o Provimento CGJ nº 31, e dá outras providências.
<u>Ato Regimental EMERJ nº 05, 28 de maio de 2020</u>	Resolve prorrogar, por mais trinta dias, o prazo previsto no Ato Regimental 04/2020.
<u>Provimento CGJ nº 41, 28 de maio de 2020</u>	Implanta o sistema informatizado PJe Cor no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça e disciplina sua utilização.
<u>Provimento CGJ nº 40, de 28 de maio de 2020</u>	Disciplina a requisição de presos à SEAP, para participação de audiência em meio virtual, pela Vara de Execuções Penais e pelas serventias com atribuição em matéria criminal, violência doméstica e familiar contra mulher e de família.
<u>Aviso CGJ nº 411, de 28 de maio de 2020</u>	Avisam Juízes de Direito com competência em Infância, Juventude e Idoso que estão disponíveis no

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	site da Corregedoria a relação das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro, organizada por comarca, de acordo com o Núcleo Regional.
<u>Aviso CGJ nº 410, de 28 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre a concessão de acesso aos Sistemas Módulo Criança e Adolescente.
<u>Aviso TJ nº 50/2020</u>	Avisa sobre a disponibilidade e a política de distribuição das licenças do serviço de acesso remoto - SAR e dá outras providências.
<u>Aviso TJ nº 49/2020</u>	Avisa aos Senhores (as) Magistrados (as), Chefes de Serventias, membros do Ministério Público, membros da Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que, além da condição prevista no art. 1º do Aviso TJ 47 de 28 de maio de 2020, está autorizado o encaminhamento à Central de Digitalização da Capital de processos físicos nas situações elencadas no art. 1º do presente Aviso.
<u>Aviso TJ nº 48/2020</u>	Avisa aos magistrados e gestores sobre a forma de requerimento para atuação remota dos estagiários.
<u>Aviso TJ nº 47/2020</u>	Avisam aos Senhores (as) Magistrados (as), Chefes de Serventias, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais sobre a autorização, em caráter excepcional e temporário, de encaminhamento dos processos físicos com audiência designada e agendamento realizado no sistema de videoconferência CISCO WEBEX à Central de Digitalização da Capital enquanto perdurar o período de vigência de estado de emergência, na forma do respectivo ato normativo editado por este Tribunal de Justiça, em razão da pandemia do CODIV-19 e dá outras providências.
<u>Aviso TJ nº 46/2020</u>	Avisa aos magistrados, gestores, servidores, estagiários e demais interessados que os contratos de estágio serão suspensos, conforme decidido nos autos do processo administrativo 2020-0629214.
<u>Ato Normativo TJ nº 16, de 27 de maio de 2020</u>	Modifica os dispositivos do Ato Normativo nº. 12/2020, na redação dada pelo Ato Normativo nº. 14/2020, em razão da edição da Portaria nº. 79/2020 do CNJ.
<u>Aviso CGJ nº 409, de 26 de maio de 2020</u>	Avisa aos Juízes de Direito com competência em Infância e Juventude (matéria infracional) que deverão informar ao Serviço de Apoio aos Comissários as providências adotadas em observância à Recomendação CNJ nº 62/2020 e

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - Pjerj

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	ao item 2 da Orientação Técnica do CNJ para Inspeção pelo Poder Judiciário dos espaços de privação de liberdade no contexto da pandemia, bem como à Recomendação CGJ nº 01/2020.
<u>Recomendação nº 01, 21 de maio de 2020 de</u>	Recomenda aos magistrados coordenadores de CEJUSCs relativamente à realização de audiências e sessões de mediação e conciliação não presenciais enquanto durarem as medidas preventivas à propagação de infecção pelo novo coronavírus - Covid-19.
<u>Ato Regimental nº 04, de 19 de maio de 2020</u>	Mantém o home office e as aulas virtuais como meios garantidores do distanciamento social conforme o Ato Normativo nº. 14/2020, em razão da edição da Resolução nº. 318/2020 do CNJ e do que restou decidido no Pedido de Providências nº's. 0002746-64.2020.2.00.0000 e 0002765-70.2020.2.00.0000.
<u>Aviso nº 44/2020</u>	Avisa aos Senhores (as) Magistrados (as), Chefes de Serventias, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais acerca do procedimento a ser adotado para a expedição de mandados de pagamento e outras providências afins.
<u>Provimento CGJ nº 38, de 18 de maio de 2020</u>	Disciplina o funcionamento dos juízos de primeira instância, das centrais de cumprimento de mandado e núcleos de auxílio recíproco, e das equipes técnicas interdisciplinares, bem como, do serviço interno na Corregedoria Geral da Justiça, durante a vigência do Plantão Extraordinário.
<u>Recomendação CGJ nº 01, de 15 de maio de 2020</u>	Recomenda aos Juízes de Direito com competência na área da Infância, Juventude e Idoso que, durante o período de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, realizem inspeções remotamente, através de telefone e e-mail, nas unidades de execução de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, bem como nas instituições para acolhimento institucional de crianças/adolescentes e de longa permanência de idosos.
<u>Aviso CGJ nº 407, de 15 de maio de 2020</u>	Avisa aos Magistrados, Membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Delegados de Polícia, advogados e demais profissionais da rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que o Protocolo Voz, anexo, orienta os atos praticados para atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência para garantia da proteção integral, inclusive na

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	vigência das medidas de distanciamento social em razão da COVID-19.
<u>Ordem de Serviço DGFEX nº 7, de 15 de maio de 2020</u>	Resolve que os Núcleos Regionais deverão utilizar, apenas, o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para tramitação dos processos administrativos relativos à matéria extrajudicial.
<u>Provimento CGJ nº 39, de 15 de maio de 20</u>	Prorroga, no âmbito das Serventias Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, as providências determinadas nos Provimentos CGJ nos 19/2020, 20/2020, 22/2020 e 31/2020, em decorrência da Resolução nº 318/2020 do Conselho Nacional de Justiça.
<u>Aviso nº 43/2020</u>	Avisa aos representantes das pessoas jurídicas acerca da necessidade de cadastramento no SISTCADPJ - Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas a fim de possibilitar a citação e a intimação eletrônica.
<u>Ato Normativo nº 14, de 14 de maio de 2020</u>	Modifica os dispositivos do Ato Normativo nº. 12/2020, na redação dada pelo Ato Normativo nº. 13/2020, em razão da edição da Resolução nº. 318/2020 do CNJ e do que restou decidido no Pedido de Providências nº's. 0002746-64.2020.2.00.0000 e 0002765-70.2020.2.00.0000.
<u>Recomendação nº 01, de 30 de abril de 2020</u>	Recomenda aos magistrados e juízes leigos em exercício junto aos Juizados Especiais Cíveis relativamente à realização de audiências não presenciais enquanto durarem as medidas preventivas à propagação de infecção pelo novo coronavírus - Covid-19.
<u>Provimento CGJ nº 36, de 29 de abril de 2020</u>	Disciplina o funcionamento dos juízos de primeira instância, das centrais de cumprimento de mandado e núcleos de auxílio recíproco, e das equipes técnicas interdisciplinares, bem como, do serviço interno na Corregedoria Geral da Justiça, durante a vigência do Plantão Extraordinário.
<u>Provimento CGJ nº 35, de 28 de abril de 2020</u>	Prorroga, no âmbito das Serventias Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, as providências determinadas nos Provimentos CGJ nºs 19/2020, 20/2020, 22/2020 e 31/2020, em decorrência da Resolução nº 314, do Conselho Nacional de Justiça.
<u>Aviso CGJ nº 393, 28 de abril de 2020</u>	Avisa aos Juízes, Chefes de Serventia e Serventuários da Justiça, que atuam nas serventias judiciais de primeira instância, que a matéria atinente ao uso de licenças de acesso aos sistemas corporativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é de atribuição exclusiva da presidência e que não há

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - Pjerj

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	qualquer orientação da Corregedoria Geral da Justiça a respeito.
<u>Ato Normativo nº 13/2020</u>	Ato Normativo nº 13/2020 - Consolidado com as alterações do Ato Normativo nº 14/2020
<u>Ato Normativo nº. 12 de 22 de abril de 2020</u>	Modifica as regras do Plantão Extraordinário eletrônico previsto na Resolução nº 313/2020 do CNJ e no Ato Normativo nº 08/2020 em razão da edição da Resolução nº 314/2020 do CNJ e disciplina sobre a administração de prédios e instalações do Poder Judiciário, bem como a suspensão de prazos para o período compreendido entre os dias 01 e 15/05/2020 e dá outras providências.
<u>Aviso nº 38/2020</u>	Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventias, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais acerca do procedimento a ser adotado para a expedição de mandados de pagamento.
<u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 08, de 17 de abril de 2020</u>	Autoriza a realização de sessão de mediação através do sistema de videoconferência nas Varas de Família da Comarca da Capital, durante o período de vigência do estado de emergência, provocado pelo COVID-19.
<u>Provimento CGJ nº 34, de 16 de abril de 2020*</u>	Determina a realização de tarefas por servidores sem acesso ao sistema SAR, visando intensificar os procedimentos de arquivamento e descongestionar os cartorários. *Revogado pelo Provimento CGJ nº 48, de 17/06/2020
<u>Provimento CGJ nº 32, de 15 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre o procedimento de revalidação das certidões de feitos de jurisdição contenciosa ajuizados, de certidões fiscais, de interdições e tutelas e as certidões de ônus reais, cuja validade expirarem durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).
<u>Provimento CGJ nº 31, de 08 de abril de 2020</u>	Regulamenta o funcionamento dos Serviços Notariais e de Registros do estado do Rio de Janeiro, durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.
<u>Aviso CGJ nº 357, de 02 de abril de 2020</u>	Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais no Estado do Rio de Janeiro do inteiro teor da

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - Pjerj

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	Portaria Conjunta nº 1, de 30 de março de 2020, expedida pelo Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Dias Toffoli, e pelo Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.
<u>Aviso CGJ nº 356, de 02 de abril de 2020</u>	Avisa aos usuários dos serviços extrajudiciais, bem como aos delegatários, titulares, responsáveis pelo expediente e interventores, a criação de ferramenta online que permite a localização de firmas abertas nos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Aviso CGJ nº 353, de 01 de abril de 2020</u>	Avisa aos juízes auxiliares e servidores da Corregedoria Geral da Justiça, designados em escala de rodízio, que deverão cumprir o expediente de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 11:00 às 18:00 horas, respeitada a escala de rodízio previamente definida por ato do Corregedor Geral da Justiça.
<u>Provimento CGJ nº 27, de 01 de abril de 2020</u>	Regulamenta o artigo 25, § 3º, da Consolidação do Ato Presidencial nº 08/2020, com redação dada pelo Ato Presidencial nº 09/2020, disciplinando a forma de comunicação dos pedidos de exclusão dos servidores de 1ª instância dos plantões ordinário e extraordinário.
<u>Ato Normativo nº 09 de 31 de março de 2020</u>	Altera dispositivos do Ato Normativo nº 8/2020 e dá outras providências.
<u>Provimento CGJ 30 de 31 de março de 2020</u>	Disciplina o funcionamento dos juízos de primeira instância, das Centrais de Cumprimento de Mandado e das equipes técnicas interdisciplinares, durante a vigência do Plantão Extraordinário. (Ato prorroga o teletrabalho e suspende prazos dos processos eletrônicos e físicos até 31 de maio.)
<u>Convocação CGJ nº 04, de 30 de março de 2020</u>	Convoca os Senhores Servidores abaixo relacionados, lotados na Comarca da Capital, em caráter de urgência, para prestação de auxílio presencial ao Departamento de Distribuição e ao Plantão Judiciário da Comarca da Capital, na forma abaixo mencionada.
<u>Ato Normativo nº 08 de 28 de março de 2020</u>	Institui o Plantão Extraordinário eletrônico previsto na Resolução nº 313/2020 do CNJ e disciplina sobre a administração de prédios e instalações do Poder Judiciário, bem como a suspensão de prazos para o período compreendido entre os dias 01 e 30/04/2020 e dá outras providências.

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

<u>Aviso nº 33/2020</u>	Avisa aos servidores que, considerando a dispensa das atividades presenciais, os prazos para adesão ao PIA estão interrompidos a contar de 17/03/2020.
<u>Ato Executivo TJ nº 84, de 25 de março de 2020</u>	Altera a forma de designação dos desembargadores para o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência - RDAU e dos Plantões Judiciários Noturnos, de finais de semana e feriados, bem como a distribuição dos respectivos expedientes.
<u>Aviso CGJ nº 334, de 25 de março de 2020</u>	Avisa aos juízes, promotores de justiça, defensores públicos e advogados que nos processos de competência de Infância e Juventude e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que tramitem no Regime Diferenciado (REDAU) deverá ser utilizada a equipe técnica de plantão, consoante o Estatuto da Criança e Adolescente e recomendações da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), apoiando acolhimentos, abrigamentos e demais contatos com a rede de proteção.
<u>Aviso CGJ nº 329, de 25 de março de 2020</u>	Resolve que os juízes que entenderem ser urgente e essencial ter acesso a autos físicos de processos deverão contatar o servidor em sobreaviso, na forma do Ato Executivo Conjunto nº 2/2020, para ir à serventia.
<u>Aviso CGJ nº 328, de 25 de março de 2020</u>	Avisa que as petições para o plantão de primeira instância deverão ser protocolizadas exclusivamente pela via eletrônica, através do Portal do TJRJ.
<u>Aviso TJ nº 32/2020</u>	Avisa aos magistrados designados para o plantão/RDAU que poderão realizá-lo remotamente (em home office).
<u>Portaria CGJ nº 494, de 24 de março de 2020</u>	Resolve designar para prestar auxílio ao plantão diurno e ao plantão noturno do Núcleo de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores do Serviço de Administração do Plantão Judiciário, os analistas judiciários na especialidade execução de mandados, lotados nas Centrais de Cumprimento de Mandados relacionadas, sem prejuízo das suas atribuições no órgão de origem, por tempo indeterminado a contar de 26/03/2020, na forma que menciona.
<u>Ordem de Serviço nº 005, de 23 de março de 2020</u>	Resolve que os juízes e servidores da Corregedoria Geral de Justiça trabalharão em regime de rodízio presencial e trabalho remoto, formando-se grupos que atuarão de modo alternado em escala de atuação

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - Pjerj

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	na sede da Corregedoria.
<u>Ato Normativo nº 7, de 20 de março de 2020</u>	Disciplina o rodízio de servidores e colaboradores da área administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências durante a vigência do período de Plantão Extraordinário.
<u>Ato Executivo Conjunto nº 2, de 20 de março de 2020</u>	Disciplina o rodízio de servidores de primeiro e segundo grau de jurisdição em sistema de sobreaviso durante a vigência do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU).
<u>Aviso TJ nº 30/2020</u>	Avisa que, durante a vigência do período de Plantão Extraordinário, a comunicação com as unidades jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro será realizada remotamente, pelos meios tecnológicos mencionados.
<u>Provimento CGJ nº 23, de 20 de março de 2020</u>	Estabelece o procedimento para o cumprimento dos Alvarás de Soltura expedidos durante o período de funcionamento do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU).
<u>Provimento CGJ nº 22, de 20 de março de 2020</u>	Autoriza temporariamente a suspensão das atividades dos Serviços Extrajudiciais e o atendimento virtual ao público; prorroga os prazos de validade dos protocolos, de qualificação, de prática dos atos notariais e de registro, bem como a eficácia do certificado de habilitação de casamento que expirar no período da vigência do Provimento CGJ nº 19/2020.
<u>Provimento CGJ nº 21, de 20 de março de 2020</u>	Dispõe sobre o rodízio de servidores de primeiro grau em sistema de sobreaviso, durante a vigência do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), e dá outras providências.
<u>Ato Executivo Conjunto nº 2, de 20 de março de 2020</u>	Disciplina o rodízio de servidores de primeiro e segundo grau de jurisdição em sistema de sobreaviso durante a vigência do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU).
<u>Aviso CGJ nº 326, de 19 de março de 2020</u>	Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventias, Encarregados das Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, Oficiais de Justiça Avaliadores e demais servidores sobre os procedimentos a serem adotados durante o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU).

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

<u>Ato Normativo nº 6, de 19 de março de 2020</u>	Regulamenta o funcionamento das Centrais de Audiência de Custódia no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em função da pandemia de corona vírus (CODIV-19), para o período compreendido entre os dias 19 a 31/03/2020, instituído pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 05/2020.
<u>Aviso CGJ nº 325, de 18 de março de 2020</u>	Avisa aos Senhores Encarregados das Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores e Oficiais de Justiça Avaliadores sobre o adequado cumprimento de mandados de intimação para regulação de vagas e de verificação de vagas para internação.
<u>Ato Normativo Conjunto nº 06/2020</u>	Regulamenta a forma e o funcionamento do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) nos 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro entre os dias 17 e 31 de março deste ano, período de vigência do estado de emergência instituído pelo Ato Normativo Conjunto 05/2020, já publicado.
<u>Provimento CGJ nº 20/ 2020</u>	Autoriza a redução do horário de funcionamento dos serviços extrajudiciais, para o período compreendido entre os dias 17 e 31/03/2020, conforme provimento CGJ nº 19/2020.
<u>Ato Normativo Conjunto nº 05/ 2020</u>	Disciplina o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), o disposto no art. 19 do Ato Normativo Conjunto nº 04/2020, e dá outras providências.
<u>Provimento CGJ nº 19, de 16 de março de 2020</u>	Resolve que os delegatários, titulares, responsáveis pelo expediente, interinos e interventores deverão observar rigorosamente as orientações das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, bem como do Ministério da Saúde, sobre medidas de prevenção à disseminação do COVID-19 (coronavírus).
<u>Aviso CGJ nº 298, de 16 de março de 2020</u>	Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso e respectivas equipes técnicas, que ficam suspensos todos os atendimentos e contatos de psicólogos, assistentes sociais e comissários de justiça com o público externo ao Poder Judiciário, ressalvados aqueles necessários

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - Pjerj

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

	para a prática de atos considerados urgentes por decisão judicial.
<u>Ato Normativo</u> <u>Conjunto TJ/CGJ nº 7, de 16 de março de 2020</u>	Disciplina o disposto no art. 9º do Ato Normativo Conjunto nº 04/2020 e dá outras providências.
<u>Aviso TJ nº 27/2020</u>	Avisa aos Senhores Magistrados, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, Servidores e demais interessados, acerca da suspensão das atividades da Justiça Itinerante do Estado do Rio de Janeiro. "Os prazos judiciais em todos os Postos da Justiça Itinerante, também ficarão suspensos por 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de março (segunda-feira) até o dia 14 de maio de 2020 (quinta-feira)".
<u>Ato Normativo</u> <u>Conjunto nº 04/ 2020</u>	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como disciplina a concessão de Regime de Teletrabalho Externo especial - RETE aos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, nas situações excepcionais que menciona.

Superior Tribunal de Justiça - STJ

Legislação	Ementa
<u>RESOLUÇÃO STJ/GP</u> <u>Nº 19, de 27 de agosto de 2020.</u>	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (covid-19).

COVID-19

Conselho Nacional de Justiça- CNJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJeRJ

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 08.12.2020

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br